

Dever cívico é o caramba

Cosmovisão · Política · 2 de outubro de 2026

Eu tenho cada vez menos paciência com essa conversa de “dever cívico”, principalmente quando ela aparece em período eleitoral, porque a expressão quase sempre vem acompanhada de uma obrigação moral que eu simplesmente não reconheço. O Estado exige a participação, a cultura repete que aquilo faz parte da responsabilidade de todo cidadão e, depois de algum tempo, muita gente já nem pergunta por quê: vai votar porque aprendeu que deve votar, reorganiza o dia, enfrenta fila, viaja até a cidade onde ainda está registrado e cumpre aquilo com uma seriedade que muitas vezes nem aparece em deveres muito mais próximos e permanentes.

Eu não consigo aceitar esse tipo de coisa no automático. Creio que isso tem relação com minha própria forma de pensar, mas também com aquilo que o protestantismo deveria produzir em qualquer cristão minimamente consciente: disposição para perguntar, observar, analisar e comparar o que recebe com aquilo que Deus revelou. E não estou falando daquela caricatura de pensamento crítico que faz da dúvida um fim em si mesmo e passa o tempo inteiro desconstruindo tudo para parecer inteligente. Estou falando da sabedoria bíblica, daquela disposição de olhar para uma afirmação e perguntar se aquilo que chamam de bom realmente é bom, se aquilo que chamam de dever realmente obriga a consciência e, principalmente, diante de quem essa obrigação existe.

É nesse sentido que digo, sem muita cerimônia: **dever cívico é o caramba**.

Eu olho em volta e vejo pessoas que passam boa parte do tempo sem qualquer interesse por política, sem confiança nas instituições e, muitas vezes, sem conseguir explicar por que escolheriam um candidato em vez de outro, mas no período eleitoral se mobilizam como se estivessem diante de uma obrigação moral evidente. Tem gente que mora longe do local de votação, gasta tempo, dinheiro e paciência para chegar até lá e, se alguém pergunta por quê, a resposta acaba voltando para a mesma ideia: é o dever cívico. A expressão foi repetida tantas vezes que já funciona sem precisar de explicação, mesmo entre pessoas que passam o restante do tempo criticando o sistema, reclamando das instituições e dizendo que quase nada funciona como deveria.

E é justamente aí que eu pergunto: por que o cristão deveria aceitar isso como obrigação moral? O cristão já tem deveres muito mais sérios, e eles não dependem de uma eleição para começar.

O cristão pertence a Cristo, e isso tem consequências muito concretas. Se Cristo é Senhor, então é Ele quem define o que devo fazer, como devo viver, o que devo amar, o que devo rejeitar e por quais princípios minha consciência deve ser governada. A cidade do cristão está nos céus (Fp 3:20), e essa cidadania celestial determina como ele deve viver durante o tempo que Deus lhe deu nesta terra.

Quando penso em civilidade, é dessa civilidade que parto. O cristão ama o próximo, cuida da família, trabalha com honestidade, socorre quem precisa, ensina a verdade, serve a igreja, disciplina os filhos, sustenta os irmãos, combate o erro e faz o bem onde Deus o colocou, de modo que sua responsabilidade pública já existe muito antes de qualquer urna e continua existindo depois que todo o período eleitoral acabou. Isso exige tempo, constância, inteligência, maturidade e, principalmente, fidelidade a Deus durante uma vida inteira.

Por isso me incomoda ver o voto tratado como uma espécie de ápice da responsabilidade pública. O sujeito pode passar anos sem ensinar os filhos, sem servir ninguém, sem qualquer compromisso sério com a igreja, sem ajudar um necessitado, sem estudar aquilo que afirma defender e sem produzir bem algum ao redor dele; chega o período eleitoral, aperta alguns botões numa urna e pronto, alguém diz que ele cumpriu o seu “dever cívico”. Para mim, é muito pouco para receber o peso moral que recebe.

E vou além: eu não creio que o cristão precise participar disso para provar responsabilidade diante da sociedade. Minha posição é abstencionista justamente porque eu não reconheço no ato eleitoral esse dever moral que tentam colocar sobre a consciência. Posso desejar o bem da cidade, do país, dos meus vizinhos e das pessoas ao meu redor sem participar desse ato político periódico, e posso trabalhar pelo bem delas de formas muito mais concretas, frequentes e próximas durante todos os outros dias em que ninguém está pedindo meu voto.

Isso também não significa que o cristão deva viver isolado, porque seria uma completa tolice. O que estou dizendo é que sua atuação pública não depende da urna e que sua consciência não precisa receber do Estado a definição do que significa ser um homem responsável. O cristão já recebeu de Deus obrigações suficientes para ocupar toda a sua vida.

Uma das coisas que mais me incomodam nessa questão é a falta de reflexão. A pessoa cresceu ouvindo que votar é dever, que participar das eleições faz parte da cidadania e que quem não participa está deixando de cumprir alguma responsabilidade, então repete isso sem examinar a ideia. Para um protestante, isso deveria causar algum incômodo, porque uma das marcas da tradição protestante sempre foi submeter autoridades, doutrinas e costumes a um padrão superior, e esse padrão é a Palavra de Deus.

O protestante lê, compara, pergunta e julga o ensino recebido pela Escritura. Isso deveria formar um cristão menos disposto a aceitar categorias prontas só porque vieram acompanhadas de linguagem jurídica, autoridade institucional ou consenso social. Pensar assim também não exige uma rebelião infantil contra qualquer autoridade civil. Eu posso reconhecer que existe autoridade, cumprir obrigações reais e respeitar a ordem sem entregar ao Estado o governo da minha consciência nem aceitar como virtude tudo aquilo que ele resolveu chamar de dever.

É justamente esse automatismo que me preocupa. “Dever cívico” parece uma expressão nobre porque foi repetida como nobre, mas eu ainda quero saber por que o voto recebeu esse lugar e por que um cristão deveria aceitar que participar de uma eleição tenha esse peso moral. Eu vejo razões claras para levar muito a sério o dever de fazer o bem, falar a verdade, honrar compromissos, amar a família, servir a igreja, ajudar quem precisa, trabalhar com honestidade e ensinar aquilo que é verdadeiro, porque tudo isso acontece diante de Deus e alcança pessoas reais. É esse tipo de responsabilidade que ocupa minha preocupação.

Existe ainda outro ponto que eu não quero suavizar. Eu vivo em um país que ignora a Lei de Deus, convive tranquilamente com idolatrias, sincretismos, corrupção, burocracias absurdas, violência e uma sucessão de promessas públicas que muitas vezes pouco significam para quem está na ponta sofrendo as consequências. Eu não tenho obrigação alguma de fingir entusiasmo com isso, muito menos de tratar o sistema político como se a participação nele fosse uma espécie de prova moral.

Eu quero o bem das pessoas que vivem aqui, quero o bem da minha cidade, da minha família, da igreja e até de gente que jamais entrará numa igreja, mas isso não exige devoção ao Estado nem confiança no sistema. Pelo contrário, justamente porque quero o bem dessas pessoas, quero poder perguntar onde estão as promessas feitas por aqueles que exigem tributos, obediência e confiança pública.

Alguém pode responder: “Mas vocês pagam impostos para ter polícia, segurança e saúde”. Certo. Então onde estão essas coisas quando pessoas morrem esperando atendimento, quando outras sofrem violência e quando policiais trabalham sem as condições necessárias? Eu nem preciso discutir aqui toda a teoria do Estado para fazer essa pergunta, porque o ponto é mais simples: quem promete alguma coisa pode ser cobrado pelo que prometeu.

A Escritura leva a palavra dada a sério. O “sim, sim; não, não” (Mt 5:37) vale para a vida humana porque a mentira continua sendo mentira quando vem acompanhada de cargo, gabinete, brasão e discurso oficial. Quando penso, inclusive, nos irmãos mortos na Guanabara, tenho ainda menos disposição para tratar o poder político como algo acima de crítica. Autoridades podem perseguir, mentir, abusar, roubar e oprimir, e o cristão que conhece sua própria história deveria ter muito cuidado antes de oferecer ao Estado mais autoridade moral do que Deus lhe deu.

Então, o que deveria ocupar a preocupação do cristão? Ensinar a Palavra de Deus, levar a verdade aos ímpios, aumentar a fé e a inteligência dos cristãos, ajudar irmãos a amadurecer, cuidar da família, servir a igreja, fazer o bem e agir de maneira contracultural quando a cultura ao redor exige aquilo que contradiz a verdade. É esse tipo de ação que considero realmente importante, porque ela ocorre na vida comum, alcança pessoas concretas e não depende de um ato dominical a cada período eleitoral.

É por isso que me abstenho e defendo a abstenção. Não faço isso por preguiça, indiferença ou porque ache que política não tenha consequências; governos podem fazer muito mal, leis podem prejudicar famílias, igrejas, empresas e indivíduos, e decisões políticas afetam a vida comum. Mas reconhecer que a política tem consequências não me obriga a reconhecer o voto como dever moral nem a aceitar que minha participação eleitoral seja medida da minha responsabilidade com o lugar onde vivo. Minha responsabilidade começa com outra autoridade: eu pertenço a Cristo e quero viver de acordo com o que Ele ordenou.

Por isso quero fazer o bem onde estou, ensinar a verdade, ajudar pessoas, cuidar dos meus, servir a igreja e honrar o nome do Senhor. Se isso beneficiar a cidade, ótimo; se beneficiar o país, melhor ainda. Mas eu espero esse benefício de cristãos vivendo como cristãos, formando seus filhos, fortalecendo suas igrejas, ensinando a Palavra, ajudando quem está ao redor e resistindo ao que é mau, e não de uma confiança depositada no mecanismo eleitoral como se ele pudesse produzir por si mesmo aquilo que uma sociedade precisa.

Eu tenho esperança de ver isso crescer no Brasil. Quando observo os números apresentados pelo IBGE e vejo o crescimento daqueles que se identificam como evangélicos, minha esperança é que ali existam cada vez mais cristãos genuínos, convertidos, amadurecendo e desenvolvendo uma cosmovisão realmente bíblica. Sei perfeitamente que identificação religiosa não prova conversão, mas espero que Deus continue salvando, ensinando e formando seu povo por toda esta terra.

É nesse sentido que me considero expansionista. Quero ver o Reino de Deus expandido, mais cristãos maduros, mais igrejas fiéis, mais conhecimento bíblico e uma presença cristã cada vez mais consciente em todas as áreas da vida. Pode haver períodos ruins, retrocessos, perseguições e quedas circunstanciais, mas isso não altera aquilo que Cristo ordenou ao seu povo nem a esperança que tenho de ver mais gente conhecendo a verdade.

E, voltando ao ponto inicial, é por isso que repito: dever cívico é o caramba. O dever que realmente me

interessa é o dever diante de Deus, porque é por causa dele que faço o bem nesta terra, amo meu próximo, quero ver minha cidade melhor, ensino, sirvo, trabalho, pastoreio, crio meus filhos e tento ajudar quem está ao meu redor. É também por causa dele que me recuso a aceitar que um procedimento político receba autoridade moral sobre minha consciência apenas porque o Estado e a cultura decidiram chamá-lo de dever.

Enquanto estiver aqui, quero o bem deste lugar, quero que mais gente conheça a verdade, que mais cristãos amadureçam, que mais famílias sejam fortalecidas e que mais igrejas sejam fiéis. Se isso acontecer, a nação será beneficiada porque cristãos estarão vivendo conforme o seu Mestre, amando, ensinando, servindo e guiando as pessoas ao seu redor para glorificar a Deus, independentemente do sistema político em que estiverem inseridos.